

Sumário

Nota do Autor	xix
Capítulo I – Sujeitos e Partes do Processo. A Comunicação dos Atos Processuais ao Acusado. Inatividade Processual. Do Assistente da Acusação	1
1. Sujeitos Processuais e a Problemática em Torno da (In)Existência de Partes no Processo Penal.....	1
2. Do Acusado. Citação, Notificação e Intimação Como Manifestações do Direito Fundamental ao Contraditório e à Ampla Defesa. Ausência Processual e Inadequação da Categoria “Revelia”.....	6
2.1. A Comunicação dos Atos Processuais como Manifestação do Contraditório e da Ampla Defesa	7
2.2. A Citação do Acusado. Garantia do Prazo Razoável. Requisitos e Espécies. Citação por Carta Precatória e Rogatória. Citação do Militar, do Servidor Público e do Réu Preso.....	9
2.3. Citação Real e Ficta (Edital).....	13
2.4. Citação com Hora Certa	15
2.5. (Re)Definindo Categorias. Inatividade Processual Real e Ficta do Réu. Ausência e Não-Comparecimento (réu não encontrado).....	18
2.6. Aplicação do Art. 366 do CPP	19
2.6.1. Não-Comparecimento. Suspensão do Processo e da Prescrição. Problemática.....	19
2.6.1.1. Aplicação Literal do Art. 366. Suspendendo o Processo e a Prescrição por Tempo Indeterminado. Recurso Cabível.....	20
2.6.1.2. Crítica à Suspensão Indefinida da Prescrição. Da Inconstitucionalidade à Ineficácia da Pena. O Esquecimento: Ameaçador, mas Necessário. A Prescrição como Direito ao Esquecimento Programado	22
2.6.1.3. Em Busca do Limite à Suspensão da Prescrição. As Diferentes Posições Teóricas.....	25
2.6.2. A (Injustificável) Exclusão de Incidência do art. 366 do CPP na Lei 9.613/98.....	27
2.6.3. Não-Comparecimento. Prisão Preventiva. Produção Antecipada de Provas.....	28
2.7. Aplicação do art. 367 do CPP. Ausência. A “Condução Coercitiva” do art. 260 do CPP. Exigência de Ordem Judicial Fundamentada	30
2.8. Inadequação da Categoria “Revelia” no Processo Penal.....	32
2.9. Notificação e Intimação do Acusado. Contagem de Prazos	34
3. Assistente da Acusação	36

3.1. Natureza Jurídica. Legitimidade, Capacidade e Interesse Processual. Pode o Assistente Recorrer para Buscar Aumento de Pena? Crítica à Figura do Assistente da Acusação	36
3.2. Co-Réu Não Pode Ser Assistente. Risco de Tumulto e Manipulação Processual	41
3.3. Momento de Ingresso do Assistente. Iniciativa Probatória. Pode o Assistente Arrolar Testemunhas?.....	42
3.4. Assistente Habilitado e Não Habilitado. Recursos que Pode Interpor. Prazo Recursal	44
Capítulo II – Prisões Cautelares e Liberdade Provisória: A (In)eficácia da Presunção de Inocência	47
1. Presunção de Inocência e Prisões Cautelares: A Difícil Coexistência	47
2. Teoria das Prisões Cautelares	48
2.1. <i>Fumus Boni Iuris</i> e <i>Periculum in Mora</i> ? A Impropriedade desses Termos. Categorias do Processo Penal: <i>Fumus Commis Delicti</i> e <i>Periculum Libertatis</i>	48
2.2. Medidas Cautelares e Não Processo Cautelar.....	50
2.3. Inexistência de um Poder Geral de Cautela. Ilegalidade das Medidas Cautelares Atípicas	51
2.4. Principiologia das Prisões Cautelares	53
2.4.1. Jurisdicionalidade	53
2.4.2. Provisionalidade	54
2.4.3. Provisoriedade. Prazo Razoável e a Superação das Súmulas 52 e 21 do STJ.....	55
2.4.4. Excepcionalidade.....	59
2.4.5. Proporcionalidade	60
3. Da Prisão em Flagrante. Medida de Natureza Pré-Cautelar. Análise das Espécies, Requisitos e Defeitos. Garantias Processuais e Constitucionais.....	62
3.1. Por que a Prisão em Flagrante não Pode, Por Si Só, Manter Alguém Preso? Compreendendo sua Pré-Cautelaridade. Alcance do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP.....	62
3.2. Espécies de Flagrante. Análise do Art. 302 do CPP.....	66
3.3. Flagrante em Crime Permanente. A Problemática do Flagrante nos Crimes Habituais.....	71
3.4. (I)Legalidade dos Flagrantes Forjado, Provocado, Preparado, Esperado e Protelado (ou Diferido). Conceitos e Distinções. Prisão em Flagrante e Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada e Pública Condicionada à Representação	73
3.5. Síntese do Procedimento. Atos que Compõem o Auto de Prisão em Flagrante .	77
3.6. Garantias Constitucionais e Legalidade da Prisão em Flagrante. Análise do Art. 306 do CPP	79
3.7. A Decisão Judicial Sobre o Auto de Prisão em Flagrante. Aspectos Formais e Análise da Necessidade da Decretação da Prisão Preventiva.....	82

3.8. Refletindo sobre a Necessidade do Processo Ainda que Exista Prisão em Flagrante: Contaminação da Evidência, Alucinação e Ilusão de Certeza.....	85
3.9. A Relação de Prejudicialidade entre a Apresentação Espontânea (Art. 317) e a Prisão em Flagrante. Crimes Culposos de Trânsito – Art. 301 da Lei 9.503/97 .	87
4. Da Prisão Preventiva. Do Senso Comum à Crítica Morfológica e Análise dos Defeitos Fisiológicos	88
4.1. Recordando os Princípios que Permitem a Difícil Coexistência entre Prisão Preventiva e Presunção de Inocência.....	88
4.2. Momentos da Prisão Preventiva. Quem Pode Postular seu Decreto. Ilegalidade da Prisão Preventiva Decretada de Ofício. Violação do Sistema Acusatório e da Garantia da Imparcialidade do Julgador.....	91
4.3. Requisito da Prisão Preventiva: <i>Fumus Commissi Delicti</i> . Juízo de Probabilidade de Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade.....	94
4.4. Fundamento da Prisão Preventiva: <i>Periculum Libertatis</i> . Análise a Partir do Senso Comum Doutrinário e Jurisprudencial	97
4.5. Análise dos Arts. 313 e 314 do CPP. Casos em que a Prisão Preventiva Pode ou Não ser Decretada.....	101
4.6. Análise Crítica do <i>Periculum Libertatis</i> . Resistindo à Banalização do Mal. Controle Judicial da (Substancial) Inconstitucionalidade da Prisão Para Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica. Defeito Genético	103
4.7. Prisão Para Garantia da Ordem Pública. O Falacioso Argumento da “Credibilidade (ou Fragilidade?) das Instituições”. Risco de Reiteração. Crítica: Exercício de Vidência. Contraponto: Aceitação no Direito Comparado.....	110
4.8. Desconstruindo o Paradigma da (Cruel) Necessidade, Forjado pelo Pensamento Liberal Clássico. Alternativas à Prisão por “Conveniência da Instrução Criminal” e para o “Risco para Aplicação da Lei Penal”.....	113
4.9. Crítica ao Sistema Cautelar Brasileiro. Defeito e Limitação Morfológica. Imprescindibilidade do Pluralismo Cautelar para Fugir da Patologia dos Extremos	119
5. Da Prisão Temporária	121
5.1. Duração da Prisão Temporária. Prazo com Sanção	122
5.2. Especificidade do Caráter Cautelar. Análise do <i>Fumus Commissi Delicti</i> e do <i>Periculum Libertatis</i> . Crítica à “Imprescindibilidade para as Investigações Policiais”	124
6. Prisão Decorrente da Sentença Condenatória Recorrível. A Revogação (tardia...) do Art. 594 do CPP	127
7. Prisão Decorrente da Pronúncia. O Problema (e a solução...) se Repete.....	132
8. Prisão (Obrigatória?) em Caso de Interposição de Recurso Especial e/ou Extraordinário. Ausência de “Efeito Suspensivo” e a Inadequada Transmissão de Categorias do Processo Civil	134
9. Prisão Especial. Especificidades da Forma de Cumprimento da Prisão Cautelar. Inexistência de Prisão Administrativa. Prisão Civil	136
10. Liberdade Provisória. Limitações e Paradoxos do Sistema Brasileiro. Imprestabilidade Processual do (Atual) Regime Jurídico da Fiança.....	141

10.1. Definindo as Categorias: Relaxamento, Revogação da Prisão Cautelar e Concessão da Liberdade Provisória.....	142
10.2. Liberdade Provisória sem Fiança. Regimes Jurídicos. A Importância do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP.....	145
10.3. Liberdade Provisória com Fiança. Ineficácia Gerada Pelo Grave Paradoxo Legislativo. Inutilidade do Instituto no Regime Atual.....	148
10.4. Apenas por Argumentar: Valor, Reforço, Dispensa, Destinação, Cassação, Quebramento e Perda da Fiança.....	150
10.5. Crimes Inafiançáveis e Situações de Inafiançabilidade. Irrelevância. Ausência de Prisão Cautelar Obrigatória. Concessão de Liberdade Provisória sem Fiança.....	152
10.6. Ilegalidade da Vedação à Concessão de Liberdade Provisória. Possibilidade em Crimes Hediondos e Equiparados. Nova Lei de Tóxicos, Estatuto do Desarmamento e Lei 9.613 (Lavagem de Dinheiro).....	154
11. De Olho nas Reformas Processuais: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei 4.208-C.....	156
12. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei nº 4.208-C. Prisão Processual, Liberdade Provisória e Demais Medidas Cautelares.....	163
Capítulo III – Das Medidas Assecuratórias (Ou das Medidas Cautelares Reais).....	171
1. Explicações Iniciais.....	171
2. Do Sequestro de Bens Imóveis e Móveis.....	173
2.1. Requisito. Legitimidade. Procedimento. Embargos do Imputado e de Terceiro.....	173
2.2. Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. A Confusa Redação do Art. 132 do CPP.....	179
3. Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. Bens de Origem Lícita.....	180
4. Arresto de Bens Móveis. Origem Lícita. Art. 137 do CPP.....	182
5. Medidas Cautelares Reais: Demonstração da Necessidade e da Proporcionalidade. Problemática Não Enfrentada.....	183
Capítulo IV – Morfologia dos Procedimentos.....	187
1. Introdução: Sumária (Re)Cognição da Santa Trindade do Direito Processual Penal.....	187
2. Tentando Encontrar uma Ordem no Caos.....	189
3. Análise da Morfologia dos Principais Procedimentos.....	192
3.1. Rito Ordinário.....	193
3.1.1. Considerações Gerais. Morfologia. Quando Ocorre o Recebimento da Acusação? (Ou a Mesóclise da Discórdia.....)	193
3.1.2. A Audiência de Instrução e Julgamento.....	197
3.2. Rito Sumário.....	200
3.3. Rito Especial: Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administração em Geral.....	201
3.4. Rito Especial: Crimes Contra a Honra.....	204
3.5. Rito Especial da Lei de Tóxicos (Lei 11.343/2006).....	206
3.6. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim) e o Rito Sumaríssimo da Lei 9.099 ..	211

3.6.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais ...	211
3.6.2. Limite de Pena e Competência do JECrim. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena. Concurso de Crimes: Material, Formal e Continuado	213
3.6.3. Composição dos Danos Cíveis e suas Consequências	216
3.6.4. Transação Penal.....	217
3.6.4.1. E se o Ministério Público Não Oferecer a Transação Penal? ...	222
3.6.4.2. Cabimento da Transação Penal em Ação Penal de Iniciativa Privada.....	223
3.6.4.3. Descumprimento da Transação Penal	224
3.6.5. Suspensão Condicional do Processo.....	225
3.6.5.1. Considerações Introdutórias sobre a Suspensão Condicional do Processo.....	225
3.6.5.2. Alcance e Aplicação da Suspensão Condicional do Processo. Cabimento em Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada. Requisitos. Momento de Oferecimento.....	229
3.6.5.3. Suspensão Condicional do Processo e a Desclassificação do Delito: Aplicando a Súmula 337 do STJ	233
3.6.5.4. O Período de Provas e o Cumprimento das Condições. Causas de Revogação da Suspensão Condicional do Processo.....	235
3.6.5.5. Procedimento no Juizado Especial Criminal.....	240
3.6.5.5.1. Fase Preliminar. Alteração da Competência Quando o Acusado Não é Encontrado. Demais Atos.....	240
3.6.5.5.2. Rito Sumaríssimo.....	242
3.6.5.5.3. Recursos e Execução.....	243
3.7. Crítica ao Sistema de Justiça Negociada	244
3.8. Rito dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri.....	251
3.8.1. Competência e Morfologia do Procedimento	251
3.8.2. O Procedimento Bifásico. Análise dos Atos	253
3.8.2.1. Primeira Fase: Atos da Instrução Preliminar	253
3.8.2.1.1. Decisão de Pronúncia. Excesso de Linguagem. O Problemático “ <i>In Dubio Pro Societate</i> ”. Princípio da Correlação. Crime Conexo. Prisão Cautelar. Intimação da Pronúncia.....	257
3.8.2.1.2. Decisão de Impronúncia. Problemática Situação de Incerteza.....	266
3.8.2.1.3. Absolvição Sumária (Própria e Imprópria).....	269
3.8.2.1.4. Desclassificação na Primeira Fase (Própria e Imprópria) e em Plenário	272
3.8.2.2. Segunda Fase: Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Relatório. Crítica a que “Qualquer Juiz” Presida o Feito. Alistamento dos Jurados.....	275

3.8.2.2.1. Do Desaforamento e Reaforamento. Dilação Indevida e (De)Mora Jurisdicional. Pedido de Imediata Realização do Julgamento	278
3.8.2.2.2. Obrigatoriedade da Função de Jurado. Isenção. Alegação de Impedimento. Recusa de Participar e Ausência na Sessão. Serviço Alternativo. Problemática	283
3.8.2.2.3. A Sessão do Tribunal do Júri. Constituição do Conselho de Sentença. Direito de Não Comparecer. Recusas e Cisão. Instrução em Plenário. Leitura de Peças e Proibições. Uso de Algemas. Debates.....	285
3.8.2.2.4. Juntada de Documentos para Utilização em Plenário. Antecedência Mínima. O Problema das Manobras e Surpresas.....	291
3.8.2.2.5. Considerações Sobre os Quesitos. Teses Defensivas. Desclassificação Própria e Imprópria	293
3.8.2.2.6. Da Sentença Condenatória e Absolutória. Problemas em Torno dos Efeitos Cíveis. A Prisão Preventiva.....	301
3.9. Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Decisões à Negação da Jurisdição	308
3.10. Uma Alternativa Interdisciplinar ao Tribunal do Júri: O Escabinato	316
Capítulo V – Decisões Judiciais e sua (Necessária) Motivação. Superando o Paradigma Cartesiano.Princípio da Correlação (Congruência). Coisa Julgada	319
1. Dikelogia: La Ciencia de la Justicia.....	319
2. Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder	321
2.1. Invalidade Substancial da Norma: Quando o Juiz se Põe a Pensar e Sentir ..	324
2.2. A Superação do Dogma da Completude Jurídica. Quem nos Protege da Bondade dos Bons?	327
2.3. A Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, Mas Sem Cair no Decisionismo ..	329
3. Decisão Penal: Análise dos Aspectos Formais.....	337
3.1. Estrutura Externa da Sentença. A Sentença Condenatória	340
3.2. Pode(ria) o Juiz Condenar Quando o Ministério Público Requerer a Absolvição? O Eterno Retorno ao Estudo do Objeto do Processo Penal e a Necessária Conformidade Constitucional. A Violação da Regra da Correlação	342
4. Princípio da Congruência (ou Correlação) na Sentença Penal	345
4.1. A Imutabilidade da Pretensão Acusatória. Recordando o Objeto do Processo Penal	345
4.2. Princípio da Correlação ou Congruência: Princípios Informadores. A Importância do Contraditório e do Sistema Acusatório.....	347
4.3. A Complexa Problemática da <i>Emendatio Libelli</i> – Art. 383 do CPP. Para Além do Insuportável <i>Reduccionismo do Axioma Narra Mihi Factum, Dabo Tibi Ius</i> . Rompendo os Grilhões Axiomáticos.....	349
4.4. É Possível Aplicar o Art. 383 Quando do Recebimento da Denúncia?.....	357

4.5. <i>Mutatio Libelli</i> – Art. 384 do CPP. O Problema da Definição Jurídica Mais Favorável ao Réu e a Ausência de Aditamento	359
4.6. Mutações: de Crime Doloso Para Culposos; Tentado para Consumado; Autor para Partícipe e Vice-Versa. Necessidade de <i>Mutatio Libelli</i>	363
4.7. As Sentenças Incongruentes. As Classes de Incongruência. Nulidade	368
5. Coisa Julgada Formal e Material	369
5.1. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada	372
5.2. Algumas Questões em Torno da Abrangência dos Limites da Coisa Julgada. Circunstâncias e Elementares não Contidas na Denúncia. O Problema do Concurso de Crimes. Concurso Formal, Material e Crime Continuado. Crime Habitual. Consumação Posterior do Crime Tentado	374
Capítulo VI – Atos Processuais Defeituosos e a Crise da Teoria das Invalididades (Nulidades). A Forma como Garantia	381
1. Introdução. Meras Irregularidades e Atos Inexistentes	381
2. Nulidades Absolutas e Relativas. Construção dos Conceitos a Partir do Senso Comum Teórico e Jurisprudencial	383
2.1. Nulidades Absolutas. Definição	383
2.2. Nulidades Relativas. Definição(?)	384
2.3. A Superação da Estrutura Legal Vigente. Nulidades Cominadas e Não Cominadas. Arts. 564, 566 e 571, do CPP	385
2.4. Teoria do Prejuízo e Finalidade do Ato. Cláusulas Genéricas. Manipulação Discursiva. Crítica	387
3. Análise a Partir das Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal e da Necessária Eficácia do Sistema de Garantias da Constituição	390
3.1. Crítica à Classificação em Nulidades Absolutas e Relativas	390
3.2. A Serviço de Quem Está o Sistema de Garantias da Constituição? A Tipicidade do Ato Processual. A Forma como Garantia. Convalidação (?). Nulidade Não é Sanção	392
3.3. (Re)Pensando Categorias a Partir dos Conceitos de Ato Defeituoso Sanável ou Insanável. Sistema de Garantias Constitucionais. Quando o Feito com Defeito tem que ser Refeito	397
3.4. Princípio da Contaminação. Defeito por Derivação. A Indevida Redução da Complexidade. Arts. 573 e 567 do CPP	400
3.5. Atos Defeituosos no Inquérito Policial. Novamente a Excessiva Redução de Complexidade a Serviço da Cultura Inquisitória	403
3.6. Para Facilitar a Compreensão das Categorias: Rápidos Exemplos do Tratamento dos Atos Defeituosos. Súmulas do STJ e do STF Pertinentes	406
Capítulo VI – Teoria dos Recursos no Processo Penal (ou as Regras para o Juízo sobre o Juízo)	413
1. Introdução. Fundamentos, Conceitos e Natureza Jurídica	413
2. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Direito Fundamental? (In)Aplicabilidade nos Casos de Competência Originária dos Tribunais	417

3.	Classificando os Recursos: Ordinários e Extraordinários; Totais e Parciais; Fundamentação Livre ou Vinculada; Verticais e Horizontais; Voluntários e Obrigatórios. Crítica ao Recurso ‘de Ofício’	420
4.	Efeitos Devolutivo e Suspensivo. Conceitos e Crítica. Inadequação de Categorias Diante dos Valores em Jogo no Processo Penal	424
5.	Princípios do Processo Penal e sua Incidência na Fase Recursal.....	427
	5.1. Princípio da Jurisdicionalidade e Sistema Recursal	427
	5.2. Princípio Acusatório e Sistema Recursal.....	428
	5.3. Presunção de Inocência e Sistema Recursal.....	429
	5.4. Contraditório e Direito de Defesa no Sistema Recursal	429
	5.5. Motivação das Decisões Judiciais e Sistema Recursal	430
6.	Regras Específicas do Sistema Recursal	432
	6.1. Fungibilidade.....	433
	6.2. Unirrecorribilidade	434
	6.3. Motivação dos Recursos	435
	6.4. Proibição da Reformatio <i>in Pejus</i> e a <i>Permissão da Reformatio in Mellius</i> ...	435
	6.5. <i>Tantum Devolutum Quantum Appellatum</i>	436
	6.6. Irrecorribilidade dos Despachos de Mero Expediente e das Decisões Interlocutórias (Simples).....	436
	6.7. Complementaridade Recursal	438
	6.8. (In)Disponibilidade dos Recursos	439
	6.9. Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos	440
7.	Interposição. Tempestividade. Preparo na Ação Penal de Iniciativa Privada. Deserção	441
8.	Requisitos Objetivos e Subjetivos dos Recursos. Crítica à Transposição das Condições da Ação e Pressupostos Processuais.....	448
9.	Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	455
10.	Para Refletir: O (Des)Cabimento da Intervenção do Ministério Público em Segundo Grau.....	457
Capítulo VII – Dos Recursos no Processo Penal: Espécies.....		461
1.	Do Recurso em Sentido Estrito	461
	1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos do Recurso em Sentido Estrito	461
	1.1.1. Requisitos Objetivos: Cabimento, Adequação, Tempestividade e Preparo	461
	1.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	461
	1.1.1.2. Tempestividade e Preparo.....	471
	1.1.2. Requisitos Subjetivos: Legitimação e Gravame	473
	1.2. Efeitos do Recurso em Sentido Estrito	473
	1.3. Aspectos Relevantes do Procedimento. Efeitos	474
2.	Do Recurso de Apelação.....	477
	2.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos da Apelação.....	478
	2.1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	478
	2.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	478

2.1.1.2. Tempestividade. Legitimidade. Gravame. Preparo. Processamento da Apelação	494
2.2. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. O Direito de Apelar em Liberdade.....	499
3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade.....	503
3.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	504
3.2. O Problema da Divergência Parcial. Interposição Simultânea do Recurso Especial e Extraordinário?	507
3.3. Efeitos Devolutivo e Suspensivo	511
4. Embargos Declaratórios.....	512
4.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	514
4.2. Efeitos Devolutivo, Suspensivo e Modificativo (Infringentes)	515
5. Do Agravo em Execução Penal	518
5.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	521
5.2. Aspectos Procedimentais. Formação do Instrumento e Efeito Regressivo	523
5.3. Efeito Devolutivo e Suspensivo.....	524
6. Da Carta Testemunhável.....	524
7. Dos Recursos Especial e Extraordinário	526
7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	528
7.1.1. Cabimento e Adequação no Recurso Especial	528
7.1.2. Cabimento e Adequação no Recurso Extraordinário.....	534
7.1.3. Demais Requisitos Recursais: Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal (Gravame).....	541
7.2. A Exigência do Prequestionamento.....	543
7.3. A Demonstração da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. Reprodução em Múltiplos Feitos	546
7.4. Efeito Devolutivo e Suspensivo. Um Reducionismo a Ser Superado: Prisão Automática nos Recursos Especial e Extraordinário por Ausência de ‘Efeito Suspensivo’?.....	551
7.5. O Agravo de Instrumento para Impugnar a Decisão que Inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário	556
7.6. Quadro Esquemático dos Recursos Especial e Extraordinário.....	558
7.7. Principais Súmulas do STJ e STF sobre os Recursos Especial e Extraordinário .	560
8. De Olho nas Reformas Processuais II: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei 4.206/01	562
9. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei 4.206/01. Recursos e Ações de Impugnação..	569
Capítulo VIII – Ações de Impugnação: Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança.....	579
1. Revisão Criminal.....	579
1.1. Cabimento. Análise do art. 621 do CPP	580
1.2. Prazo. Legitimidade. Procedimento.....	586
1.3. Limites da Decisão Proferida na Revisão Criminal. Da Indenização	590
2. <i>Habeas Corpus</i>	592

2.1. Uma (Re)Leitura Histórica do <i>Habeas Corpus</i> : Os Antecedentes do Direito Aragonês	592
2.2. Antecedentes Históricos no Brasil e Considerações Iniciais	596
2.3. Natureza Jurídica	597
2.4. Objeto	598
2.5. Cabimento – Análise dos arts. 647 e 648 do CPP. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo e Liberatório	599
2.5.1. O <i>Habeas Corpus</i> como Instrumento de Collateral Attack	606
2.5.2. O <i>Habeas Corpus</i> Contra Ato de Particular	607
2.5.3. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo	608
2.7. Competência. Legitimidade. Procedimento	610
2.8. Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	619
2.9. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>Habeas Corpus</i>	621
3. Mandado de Segurança em Matéria Penal	623
3.1. Considerações Prévias	623
3.2. Natureza Jurídica	624
3.3. Objeto e Cabimento. Direito Líquido e Certo	625
3.4. Legitimidade Ativa e Passiva. Competência	627
3.5. Breves Considerações sobre o Procedimento	628
Bibliografia	631